

PROCESSO - A. I. Nº 09392750/06
RECORRENTE - TRANSPORTADORA L & M LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 5ª JJF nº 0393-05/06
ORIGEM - INFAZ BARREIRAS
INTERNET - 06/07/2007

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0234-12/07

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. TRÂNSITO DE MERCADORIAS ACOMPANHADAS DE DOCUMENTO FISCAL INIDÔNEO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Infração caracterizada. Mantida a Decisão de Primeira Instância. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pelo autuado contra a Decisão proferida pela referida 5ª Junta de Julgamento Fiscal, que decidiu pela Procedência do Auto de Infração em epígrafe.

O presente Auto de Infração, lavrado em 06/09/06, exige ICMS no valor de R\$ 11.692,58, acrescido da multa de 100%, em virtude da constatação de transporte de mercadorias acompanhada de documentação fiscal inidônea.

Foi lavrado o Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos nº 152627, apreendendo 27.162 kg de algodão em pluma. Na descrição dos fatos foi mencionado que o veículo placa CPG 5671-SP, transportava 27.162 kg de algodão em pluma embarcada na empresa Golmur Ind. e Com., estabelecida na cidade de Luiz Eduardo Magalhães, no Estado da Bahia, utilizando para transporte das referidas mercadorias a Nota Fiscal nº 0189 emitida por Cotonorte Ltda, estabelecida em Dianópolis, Estado de Tocantins.

O autuado apresentou impugnação às fls. 16/19 negando a ocorrência da infração e afirmando que a acusação não passa de uma mera presunção do autuante. Acrescentou que o autuante se encontrava há mais de 800km da empresa Golmur para fazer a mencionada suposição, argumentando ser impossível determinar que o embarque não ocorrera na origem identificada na nota fiscal. Aduziu que a Nota Fiscal nº 0189 (fl. 02) contém todos os requisitos legais exigidos para a operação em comento, não podendo ser considerada inidônea. Informou acostar ao processo a Nota Fiscal nº 3746, originada do produtor Ubiratan Francisco Franciosi, inscrito na Bahia, afirmando que é relativa a aquisição da mercadoria pela empresa de Tocantins. Ao final, considerando a ação fiscal arbitrária, o que motivou o ajuizamento de Mandado de Segurança para liberar a mercadoria, pediu a nulidade ou improcedência do Auto de Infração.

O autuante, em informação à fl. 28, disse que, na fl 5 dos autos, foram apresentadas fotografias da embalagem dos fardos transportados pelo veículo de propriedade do autuado, bem como que a fl. 7 se refere ao original de etiqueta de controle da qualidade da mercadoria. Acrescentou que tal documento, constituído de uma lâmina de plástico alaranjada é que identifica o estabelecimento que beneficiou e embarcou a mercadoria ora em lide. Aduziu que o citado documento tem o número 104034, que faz parte da relação dos 116 fardos de algodão transportados, relação esta encontrada na segunda coluna da folha 6.Quanto à Nota Fiscal nº 003746, que o autuado apresentou, emitida em 01/09/06 pelo produtor da região de Barreiras Ubiratan Francisco Franciosi e destinada a Cotonorte Comércio de Produtos Agrícolas Ltda., estabelecida em Dianópolis, estado do Tocantins, cujo imposto foi pago através do DAE à fl. 21, disse que o autuado deixou de mostrar que se trata de mercadoria diversa da que foi autuada, pois há uma disparidade de datas

(nota fiscal 007746 = 01/09/06 e da Cotonorte = 04/09/06), além de diferença de peso (nota fiscal 003746 = 135 fardos e a mercadoria transportada = 116 fardos). Ao final, manteve a ação fiscal.

Através do Acórdão JF n.º 0393-05/06, decidiu a 5.ª Junta de Julgamento Fiscal pela procedência do Auto de Infração, sob o entendimento de que:

- a) *“em se tratando de uma operação interestadual, como afirma o autuado, deveria ter sido emitido o passe fiscal quando a mercadoria adentrou nesse Estado, o que não ocorreu”;*
- b) *“as fotografias (fl. 05) da embalagem dos fardos transportados pelo veículo interceptado pela fiscalização, permite constatar que na sacaria do produto consta os dados da empresa Golmur Ind. e Com., estabelecida na cidade de Luiz Eduardo Magalhães, no Estado da Bahia;”*
- c) *“consta também na foto a etiqueta de controle da qualidade da mercadoria nº 104034, que foi acostada aos autos à fl. 07, e foi emitida também pela empresa Golmur Ind. e Com;”*
- d) *“tal documento, constituído de uma lâmina de plástico alaranjada é que identifica o estabelecimento que beneficiou e embarcou a mercadoria ora em lide e este documento, cujo número é 104034, faz parte da relação dos 116 fardos de algodão transportados, do documento constante à fl. 06;”*
- e) *“a Nota Fiscal nº 003746, que o autuado apresenta, emitida em 01/09/06, pelo produtor da região de Barreiras Ubiratan Francisco Franciosi destinada a Cotonorte Comércio de Produtos Agrícolas Ltda estabelecida em Dianópolis, estado do Tocantins, na tentativa de indicar a procedência anterior da mercadoria, apresenta uma diferença de peso e tipo do algodão (nota fiscal 003746 = 135 fardos de algodão tipo 51.5 e a mercadoria transportada = 116 fardos de algodão tipo 41.4), não havendo como se aceitar que se tratam das mesmas mercadorias, ainda ressaltando que a mercadoria apreendida tinha em sua sacaria os dados da empresa Golmur, não fazendo nenhuma referência ao produtor Ubiratan Franciosi.”*

Inconformado com a Decisão proferida em primeira instância, interpõe o autuado Recurso Voluntário, através do qual repisa todos os argumentos expendidos em sua peça defensiva jungida aos autos. Acrescenta que a empresa Golmur Ind. e Com. É prestadora de serviços, e o fato de ter sido esta a responsável pelo beneficiamento do produto não a faz proprietária do mesmo, nem tampouco prova alguma irregularidade na comercialização do mesmo, até porque houve o correto recolhimento do imposto devido, em conformidade do que já estava provado nos autos e atesta o DAE em anexo à peça recursal. Afirma ainda que inexistente discrepância entre a documentação fiscal acostada, em observância ao Aviso de Irregularidade em Documento Fiscal emitido pelo produtor Ubiratan Francisco Franciosi (doc. 2), tendo em vista que há retificação do número do laudo juntado anteriormente, ou seja, o laudo capaz de identificar o produto é o de n.º 13557 provando ser o mesmo produto e na mesma qualidade verificada (41. 4), verificando-se mero erro no preenchimento da nota, com a devida retificação a tempo. Aduz que a única diferença encontrada reside na quantidade de fardos, onde o recorrente adquire 135 fardos do produtor (Nota Fiscal nº 3746), e somente comercializa 116 fardos (Nota Fiscal nº 0189), não havendo nenhum problema em adquirir um produto e comercializar o que lhe convier, até porque após o beneficiamento as quantidades são variáveis. Pugna pela nulidade ou improcedência do Auto de Infração.

O ilustre representante da PGE/PROFIS, após tecer escorço histórico do presente PAF, assevera que *“o autuado em nada inova em relação a sua defesa”*, devendo prevalecer a linha adotada pela fiscalização, que descaracteriza a operação como apresentada pelo recorrente e *“escancara o modus operandi adotado pelo contribuinte com intuito fraudulento”*, opinando pelo não provimento do Recurso Voluntário.

VOTO

Reparo algum merece a Decisão de Primeira Instância.

Isso porque, a peça recursal e os documentos anexados à mesma não têm o condão de elidir o ilícito tributário apurado pela fiscalização nos presentes autos.

O intuito fraudulento restou comprovado nos presentes autos, como brilhantemente pontuou o órgão julgador de Primeira Instância nos itens 1 a 5 (fl. 36) do Acórdão exarado, argumentos que invoco como se aqui estivessem literalmente transcritos.

Destarte, com espeque no Parecer emitido pela Douta PGE/PROFIS, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Voluntário interposto, a fim de manter a Decisão recorrida em todos os seus termos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **09392750/06**, lavrado contra **TRANSPORTADORA L & M LTDA**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$11.692,58**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, IV, “j”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 20 de junho de 2007.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE

NELSON ANTONIO DAIHA FILHO – RELATOR

JOÃO SAMPAIO RÊGO NETO – REPR. DA PGE/PROFIS